

Perto o acordo com os bancos

por Celso Pinto
de Londres

O Brasil poderá anunciar um acordo com os bancos credores em questão de dias ou mesmo de horas. Os pontos que separam os dois lados, agora, são pequenos e o Brasil está disposto a transpor as diferenças.

O diretor da área internacional do Banco Central (BC), Arminio Fraga, que seguiu ontem de Londres, onde participou de uma conferência sobre o Brasil (ver acima), para Nova York, diz apenas que o acordo está "bastante perto", sem se comprometer com datas. Explicou que a questão das garantias, que ficou pendente muito tempo, está resolvida. Existem "dois ou três pontos em aberto", disse ele, que incluem dúvidas sobre como capitalizar os juros atrasados de 1991 e 1992, sem entrar em detalhes.

Pelo que apurou este jornal, são duas as questões em aberto. O Brasil quer pagar a diferença entre os 30% de juros que pagou, voluntariamente, em 1991 e 1992, e o total dos juros devidos em bônus com prazo de quinze anos com oito de carência. O total de juros atrasados nesses dois anos, segundo Fraga, é de cerca de US\$ 5 bilhões e o Brasil pagará juros de mora sobre os juros em atraso.

Os bancos querem, em primeiro lugar, que o Brasil pague em dinheiro o equivalente a 50% dos juros de 1992. Como já pagou 30%, pagaria a diferença. Além disso, insistem em condições melhores para os bônus: prazo de doze anos com sete de carência e juros um pouco mais altos do que os pagos pela Argentina em títulos semelhantes (Libor, o juro básico londrino, mais 0,8125%).

O Brasil, até agora, vinha resistindo a essas demandas, mas há forte disposição de chegar a um acerto final. As conversas continuam em Nova York, onde está o chefe da negociação, Pedro Malan, e Fraga não tem

(Continua na página 21)

Perto o acordo com os...

por Celso Pinto
de Londres

(Continuação da 1ª página)
data certa para voltar ao Brasil. A menos que surja algum pedido inesperado de última hora, o negócio pode ser concluído ainda nesta semana. Fechado o parâmetro global, levará pelo menos seis meses para o acordo ser assinado, momento em que se emitirão os bônus referentes aos juros atrasados.

Indagado se os bancos não poderiam adiar o acordo em razão das incertezas políticas no Brasil, Fraga disse achar que não. "A turbulência não ajudou, mas a negociação continuou avançando", afirmou. "Estou confiante em que o acordo beneficiará os dois lados."

Ontem, os títulos da divi-

da vencida brasileira (MYDFA) caíram mais uma vez em função do novo escândalo político próximo ao presidente. O MYDFA caiu 36 centavos por dólar na sexta-feira para pouco menos de 33 centavos no final da tarde em Londres. Só não caiu mais, disseram várias fontes a este jornal, porque cresceu a perspectiva de um acordo com os bancos. (Em Nova York caiu até 30,5 a 30,75 centavos.)

Durante muito tempo, o que separava as posições do Brasil e dos bancos era a questão do valor e da origem das garantias para os bônus que substituirão a dívida antiga. Não mais, segundo Fraga. Chegou-se a um número comum para o valor de garantias para principal e parcial de juros

de US\$ 3,2 bilhões. Metade virá de dinheiro do Fundo Monetário Internacional (FMI), Banco Mundial (BIRD), Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e dinheiro novo captado através do próprio acordo, cerca de US\$ 400 milhões em cada opção.

A outra metade, US\$ 1,6 bilhão, virá de reservas cambiais brasileiras. Se, pela distribuição dos bancos nos diversos instrumentos, houver muita concentração nos papéis que oferecem garantias, e for necessário um valor maior do que US\$ 3,2 bilhões, o Brasil se compromete a colocar o necessário. Só que o fará parceladamente, ao longo de dois anos. Grupos de bancos resistiram a essa idéia do parcelamento, mas hoje, garante Fraga,

esse ponto está definitivamente acertado.

Fraga, que esteve na semana passada discutindo com o FMI em Washington, diz que as conversas sobre a fixação de metas nominais para o terceiro trimestre estão indo bem. Ele insiste em que o Brasil vai cumprir o acordo ao final do ano e espera já ter acesso a desembolsos no terceiro trimestre.

Se o acordo com o FMI fracassar, o dinheiro não é liberado, portanto as garantias para o acordo com os bancos não virão. Se o FMI não desembolsar, por sua vez o BIRD também não deverá fazê-lo. Fraga, de todo modo, recusa-se a examinar esse cenário hipotético. "Nós vamos cumprir o acordo com o fundo", aposta.